

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

VANESSA BISSO TATSCH

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DE EMPRESAS
BRASILEIRAS: ESTUDO COMPARATIVO COM O RELATÓRIO INTEGRADO DO
IIRC**

Trabalho de Conclusão submetido ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.^a Ma. Ana Tércia Lopes Rodrigues

Porto Alegre

2014

EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DE EMPRESAS BRASILEIRAS: ESTUDO COMPARATIVO COM O RELATÓRIO INTEGRADO DO IIRC

Vanessa Bisso Tatsch¹

RESUMO

Este estudo objetivou a análise das informações ambientais apresentadas pelas empresas pertencentes às carteiras dos índices ISE e ICO2 da BM&FBovespa, comparando-as ao modelo de relatório integrado do IIRC. Isto foi feito através da avaliação do grau de atendimento dos elementos de conteúdo propostos pelo Framework. O tema foi escolhido devido ao interesse cada vez maior dos stakeholders pelo comportamento das empresas no que tange ao meio ambiente. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois objetivou destacar características das informações divulgadas através de análise de conteúdo. Foram analisados os relatórios de nove empresas que possuíam divulgações referentes ao ano calendário 2013 e suas informações comparadas aos critérios propostos pelos elementos de conteúdo do IIRC. O resultado do estudo demonstra razoável aderência entre às informações divulgadas pelas empresas com os requisitos do Framework, mesmo que ainda poucas organizações adotem o modelo de relatório do IIRC.

Palavras-chave: IIRC, Sustentabilidade, Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the environmental information presented by the corporations that are listed in both the ISE (Índice de Sustentabilidade Ambiental) and ICO2 indices in BM&FBovespa. This goal is achieved by the comparison of the actual information with the model of the integrated report by International Integrated Report Council (IIRC). We proposed an evaluation of the level of adherence between the information in the reports and the content elements of the framework. The topic has been chosen because of the increasing interest demonstrated by the stakeholders for the behavior of the companies regarding the environment. The research has adopted a qualitative approach since we tried to point out the characteristics of the information released by the companies through a content analysis. Report of nine companies which had released reports for year-calendar 2013 has been subjected to the comparison with the recommendations of the IIRC framework. The results point out a reasonable adherence between the information on the actual reports and the requirements of that framework – even though just a few organizations explicitly adopt the IIRC report model.

Key-words: IIRC, Sustainability, Environmental Accounting.

¹ Aluna do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Artigo apresentado para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, como quesito parcial para a obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da Prof.^a Ma. Ana Tércia Lopes Rodrigues em julho de 2014. E-mail: vanessa0286@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Há muito se discute sobre o impacto da atividade humana sobre o meio ambiente, no entanto, este assunto ganhou relevância nos últimos anos devido à preocupação da sociedade em relação aos aspectos negativos que os processos produtivos têm causado sobre o ecossistema. Com o advento dessa conscientização por parte de seus consumidores, as empresas estão cada vez mais preocupadas em demonstrar seu interesse pela proteção da natureza e revelar suas práticas colaborativas para a manutenção de um meio ambiente saudável.

Mais do que nunca diferentes profissões estão engajadas de alguma forma na preservação ambiental utilizando-se das ferramentas e habilidades pertinentes a cada uma. A área contábil ganha importância neste contexto, pois por meio de seus relatórios e demonstrativos, possibilita aos *stakeholders* conhecer o quanto e de que maneira as organizações de seu interesse estão impactando o meio ambiente.

Existem diversos relatórios elaborados pelas organizações, cujo foco é divulgar os trabalhos que estão sendo executados com o intuito de diminuir os impactos ambientais causados por suas atividades. Informações a respeito da preocupação ecológica das empresas podem ser visualizadas por meio de relatórios de sustentabilidade, relatórios socioambientais, Balanço Social, entre outros e inclusive dispostas nos seus relatórios financeiros. De acordo com Tinoco e Kraemer (2011) as informações ambientais constantes nas demonstrações financeiras das empresas podem estar evidenciadas como gastos, custos, ativos, passivos, despesas e receitas, e constantes inclusive nos relatórios de administração e nas notas explicativas.

O interesse cada vez maior da sociedade em relação à questão ambiental incentiva as empresas a praticarem e demonstrarem práticas sustentáveis em relação ao meio ambiente. A Bolsa de Mercadorias e Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) criou dois indicadores de mercado, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice de Carbono Eficiente (ICO2) que colaboram para a avaliação do grau de impacto ambiental e das ações de redução pertinentes. A Bolsa divulga periodicamente as organizações componentes das carteiras desses índices que devem atender a determinados critérios de responsabilidade ética e ambiental. A presença de tais empresas nessas carteiras pressupõe para o investidor que são organizações atentas a práticas que favorecem o meio ambiente.

Em 2013, uma iniciativa do International Integrated Reporting Council (IIRC) vem renovar e ampliar a divulgação de informações ambientais por parte das empresas. O

Integrated Reporting (IR) surge com um novo conceito de *accountability*, superando o Balanço Social em termos de abrangência. Trata-se de uma iniciativa de instituições do mercado mundial para remodelar a forma de geração de relatórios corporativos. O relatório-modelo visa conjugar todas as informações importantes para os *stakeholders* em um único documento e padronizar a forma de divulgação, por meio de um modelo que poderia ser utilizado por todos os tipos de empresa. O IR facilita aos *stakeholders* o acesso e entendimento dos dados divulgados. Entre outras informações contidas neste modelo de relatório integrado está o chamado capital natural que é compartilhado por organização e sociedade, que juntas partilham o custo de sua utilização como insumo e os benefícios da sua valorização.

Neste contexto, o propósito deste artigo é identificar o grau de atendimento das proposições do modelo de relatório integrado do IIRC pela divulgação de informações ambientais das empresas brasileiras.

A presente pesquisa possui como objetivo confrontar as proposições do relatório integrado do IIRC com a divulgação de informações ambientais por empresas brasileiras, examinando comparativamente o novo modelo com as atuais ferramentas utilizadas, como o GRI.

Para atingir o objetivo principal deste estudo buscam-se os seguintes objetivos específicos: (a) verificar as proposições implementadas pelo relatório integrado do IIRC, (b) examinar o atual cenário de divulgação de informações ambientais pelas empresas brasileiras, (c) averiguar o grau de relação entre a atual divulgação e as modificações propostas pelo novo modelo.

1.1 JUSTIFICATIVA

De acordo com Tinoco e Kramer (2011) a adoção da contabilidade ambiental por uma empresa é importante por algumas razões básicas: auxilia na gestão de custos e despesas operacionais; melhora a qualidade dos produtos; atende a exigências legais e a demanda dos parceiros sociais, funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, e participa na criação de uma vantagem competitiva, pois ajuda a gerar produtos ambientalmente aceitáveis. Ainda segundo os autores, esse ramo da contabilidade demonstra a evolução da atuação ambiental da empresa no decorrer do tempo e suas informações podem ser aplicadas para um uso mais eficaz dos recursos naturais.

O interesse dos stakeholders pela divulgação das práticas ambientais realizadas por grandes organizações é atendido por meio da evidenciação destas informações, geradas pela contabilidade ambiental. No Brasil, as empresas evidenciam suas informações ambientais através de diferentes relatórios e sem definição clara de quais informações precisam ser divulgadas. A existência de um modelo global composto por ideias dos próprios usuários da informação define um novo horizonte para o tema *disclosure* e pode se constituir em uma nova exigência das partes relacionadas.

Diante do exposto, este estudo justifica-se pela importância para a sociedade, da clareza e abrangência das informações ambientais divulgadas pelas empresas brasileiras. Comparando-as aos critérios propostos pelo IIRC é possível verificar o quão aproximado está o reporte brasileiro do reporte globalizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O embasamento teórico é fundamental para elaboração de um estudo. Nas próximas seções, serão apresentados conceitos essenciais para o entendimento do objeto deste estudo e informações que servirão de base para esta pesquisa.

2.1 CONCEITOS INICIAIS

Conforme a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR, 2013), em 1987, através do Relatório Brundtland, foi definido o primeiro conceito claro de sustentabilidade ambiental, que afirmava que se trata daquele desenvolvimento onde as necessidades atuais precisam ser atendidas sem que sejam comprometidos os meios para que as próximas gerações atendam suas necessidades.

Atualmente, conforme aponta Veiga (2010), os indicadores e debates sobre sustentabilidade já alcançaram um nível de discussão mais apurado. No entanto, cada área da ciência ainda está em processo de maturação deste assunto. De acordo com Bellen (2006, p. 22), "*o conceito de desenvolvimento sustentável trata especificamente de uma nova maneira de a sociedade se relacionar com seu ambiente de forma a garantir a sua própria continuidade e a de seu meio externo*". Ainda segundo Bellen (2006, p. 37) "*sustentabilidade ecológica significa ampliar a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém a sua deterioração em um nível mínimo*".

Conforme Ferreira (2011, p. 72),

o conceito de sustentabilidade é composto dos conceitos de ecoeficiência e de ecojustiça. O primeiro refere-se ao uso físico dos recursos naturais e o segundo, ao fato de que não é justo privar gerações futuras dos mesmos recursos de que a geração atual pode dispor. Além disso, a discussão envolve também os conceitos de capital criado pelo homem - man-made (or created) capital - e capital natural, ou seja, aquele que a natureza dispôs para o ser humano e que inclui também a capacidade que a terra tem de suportar o lixo gerado pelo uso de seus recursos.

Costa (2012, p. 9) cita que as melhorias atingidas através do desenvolvimento trouxeram

inúmeros desequilíbrios ambientais, como o aquecimento global, o efeito estufa, o degelo das calotas polares, poluição, extinção de espécies da fauna e flora, entre tantos outros. A partir de tais problemas pensou-se em maneiras de produzir o desenvolvimento sem que o ambiente seja degradado.

Para Ferreira (2011, p. 74), *"o papel da contabilidade diante dessa situação é o de prover informações que encorajem a empresa a caminhar em direção à sustentabilidade e também inibir resultados que possam afetar negativamente o meio ambiente"*.

Na área contábil, observam-se avanços na incorporação do conceito de sustentabilidade, sendo possível identificar nas demonstrações econômico-financeiras, relatórios e no próprio relacionamento com investidores, assuntos relacionados à temática ambiental. Estudos como os de Ribeiro (2005), Tinoco e Kraemer (2011) e Costa (2012) tratam desta temática de maneira mais extensiva e a literatura nesta área vem ganhando amplitude.

2.2 DISCLOSURE AMBIENTAL

O conhecimento por parte dos stakeholders do relacionamento entre empresa e meio ambiente, pressupõe divulgação dos fatos incorridos em virtude das atividades exercidas pela organização. A abrangência com que os fatos são divulgados e a maneira como essas informações são evidenciadas interferem diretamente na tomada de decisões pelas partes relacionadas. Este tópico procura elencar algumas das formas de evidenciação de informações ambientais existentes.

2.2.1 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras das empresas podem evidenciar informações ambientais na forma de ativos, passivos, despesas, custos e receitas.

Para Tinoco e Kraemer (2013), os Ativos Ambientais são bens adquiridos para controlar, preservar e recuperar o meio ambiente. Os benefícios gerados por esses Ativos podem ser o aumento da capacidade ou melhora na eficiência de outros Ativos, redução ou prevenção da degradação ambiental ou conservação do meio ambiente.

Os Ativos Ambientais representam:

os estoques dos insumos, peças, acessórios etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e de geração de resíduos; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações etc. adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas visando ao desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes (Tinoco e Kraemer, 2013, p. 154).

Ferreira (2011) agrega outros itens à composição dos Ativos Ambientais: os Certificados Negociáveis decorrentes de investimentos em reflorestamento para sequestro de carbono, os direitos de exploração de jazidas de recursos minerais e a conta redutora do Ativo, Contingências Ambientais Esperadas, que reconhece os custos ambientais futuros que diminuem os benefícios futuros esperados.

Ferreira (2012) define Passivo Ambiental como uma obrigação contraída com o objetivo de aplicar ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, dando origem a um ativo ou custo ambiental. Ferreira evidencia como Passivo Ambiental, a conta Provisão para Contingências Ambientais que deve registrar valores estimados da degradação decorrente do processo produtivo, que seja classificada como provável de ocorrer.

Ribeiro e Lisboa (2000) *apud* Tinoco e Kraemer (2013, p. 157) reconhecem como Passivos Ambientais:

qualquer evento ou transação que reflita a interação da empresa com o meio ecológico, cujo sacrifício de recursos econômicos se dará no futuro, como: aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais (chaminés, depuradores de água química, etc.); aquisição de insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos; despesas de manutenção e operação de “departamento” de gerenciamento ambiental, inclusive mão-de-obra; gastos para recuperação e tratamento de áreas contaminadas (máquinas, equipamentos, mão-de-obra, insumos em geral, etc.); pagamento de multas por infrações ambientais; gastos

para compensar danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública, etc.

Costa (2012) não reconhece como Passivo Ambiental as exigibilidades que são contrapartida para aquisição de bens de imobilizado ambiental, pois considera que não configuram uma obrigação com o meio ambiente e sim com o fornecedor do bem. Costa (2012) define o Passivo Ambiental de Provisões Ambientais que são as obrigações decorrentes de fatos passados, ainda sem definição exata de valor. Como exemplo, o autor cita a contaminação do solo devido à aplicação de produtos químicos na produção de melancia. A empresa deve dimensionar o dano e provisionar seu valor, prevendo uma possível notificação.

Para Costa (2012), os custos ambientais são os custos que auxiliam na busca pela qualidade ambiental e devem ser destacados dos demais custos. Conforme o autor, a gestão dos custos ambientais abrange a gestão ambiental, que mede os materiais e a energia que a empresa retira do meio ambiente e aquilo que ela devolve. A prioridade da gestão de custos ambientais, segundo Costa (2012), não é o tratamento dos resíduos, e sim evitar sua geração durante o processo produtivo.

Segundo Costa (2012), os custos da degradação ambiental não devem ser externalizados para a sociedade. Os gastos com preservação e recuperação do meio ambiente devem ser classificados como custos, integrando o valor dos bens e serviços produzidos pela empresa.

Tinoco e Kramer (2013) apontam que os custos ambientais podem se refletir em gastos com insumos para eliminação ou redução de prejuízos ambientais, ou, ainda, em aquisições de materiais para coibir a poluição ambiental. Conforme os autores, esses gastos ambientais abrangem os custos de materiais desperdiçados, as despesas de manutenção e depreciação do capital, os custos das perdas de trabalho e os custos de salvaguarda ambiental.

Para Costa (2012, p. 100), podem ser considerados custos ambientais:

custos de reciclagem de materiais; gastos com depreciação e amortização dos ativos ambientais; gastos relacionados com preservação e recuperação ambiental, como: tratamento de efluentes, recuperação de áreas contaminadas ou degradadas; materiais utilizados na preservação ou recuperação ambiental; salários e encargos do pessoal empregado diretamente na área ambiental da entidade.

Ferreira (2011) classifica os custos ambientais como diretos e indiretos. Os custos ambientais diretos, segundo a autora, são aqueles que impactam diretamente o meio ambiente. São relacionados de maneira direta a uma atividade poluidora ou recuperadora, por exemplo, os custos relativos à produção ou estocagem. Já os custos indiretos, são aqueles que mesmo identificados a uma ação poluidora ou recuperadora, afetam indiretamente o ambiente físico

de responsabilidade da empresa. São os custos relativos ao consumo de produtos aerossóis, por exemplo, ou ao uso de bateria de telefones celulares. A autora cita ainda como custos ambientais, os decorrentes do serviço de sequestro de carbono e a degradação produzida.

2.2.2 Global Reporting Initiative (GRI)

Conforme Gasparino e Ribeiro (2007), a GRI

foi lançada em 1997 como uma iniciativa conjunta da organização não governamental Coalition for Environmentally Responsible Economies (Ceres) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), tendo por objetivo melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade. Essa iniciativa tem recebido o apoio efetivo e a participação de representantes da indústria, de grupos ativistas sem fins lucrativos, de órgãos contábeis, de organizações de investidores e de sindicatos, entre outros. Todos esses grupos trabalharam conjuntamente para chegar a um consenso sobre as diretrizes para relatórios que possam alcançar aceitação mundial. O primeiro conjunto de *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade* da GRI foi lançado em junho de 2000.

Conforme a GRI (2006), as diretrizes para elaboração de relatórios no modelo GRI são definidas como princípios para definição do conteúdo de relatório e da qualidade das informações, o conteúdo do relatório composto de indicadores de desempenho bem como outras informações e orientações sobre critérios específicos de divulgação.

Existem três tipos de conteúdo:

- i) Perfil: "informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança" (GRI, p. 19);
- ii) Informações sobre a Forma de Gestão: "dados cujo objetivo é explicitar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização numa área específica" (GRI, p. 19);
- iii) Indicadores de Desempenho: "expõem informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação" (GRI, p. 19).

2.3 A LITERATURA RECENTE SOBRE O TEMA

O estudo de Costa e Marion (2007) verifica as informações ambientais dispostas nos relatórios disponibilizados por empresas do setor de papel e celulose, procedendo a uma

análise comparativa entre os dados evidenciados no site da BM&FBovespa e nas demonstrações disponibilizadas nos sites oficiais das empresas. O estudo avalia que existe grande dificuldade na análise destas informações, pois não há uniformidade na estrutura apresentada pelos relatórios.

Na pesquisa de Costa e Marion (2007), o fato de cada empresa analisada evidenciar suas informações ambientais por meio de relatórios diferentes dificulta a realização de um estudo comparativo, por exemplo. Observadas as ações do Conselho Federal de Contabilidade com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), visando à padronização das normas contábeis de acordo com padrões internacionais, inclusive nas demonstrações financeiras, pode-se inferir a importância deste aspecto também para a divulgação de informações relacionadas à gestão de recursos ambientais. Conforme o art. 3º da Resolução nº 1055 de 2005 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem como objetivo:

o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O artigo de Rover, Borba e Borgert (2008), busca identificar os custos e investimentos ambientais evidenciados nas demonstrações contábeis de empresas componentes do ISE no período de 2006 a 2007. A maior quantidade de informação verificada no estudo diz respeito aos investimentos, 97% das empresas citam dispêndio de recursos para diminuir a degradação ambiental. É possível verificar igualmente que as empresas pesquisadas pouco dissertam sobre seus dados ambientais que quase sempre são expressos apenas monetariamente.

A falta de informação descritiva nas demonstrações contábeis dificulta o entendimento dos relatórios. A divulgação dos dados financeiros é destinada às partes interessadas que muitas vezes não possuem conhecimento suficiente para uma leitura adequada da informação, que dependendo da forma como são apresentadas, causam confusão inclusive a profissionais da área contábil. Um relatório composto apenas por valores não demonstra muitas vezes a realidade do fato ocorrido e dessa forma seu conteúdo deixa de ser transparente.

O estudo de Tinoco e Robles (2006) observa os dados divulgados nas demonstrações ambientais de 3 empresas brasileiras comparativamente aos relatórios que estas mesmas organizações apresentam para o público dos EUA. A pesquisa revela que são divulgadas no exterior, informações detalhadas quanto a acidentes ambientais, especificando processos judiciais e multas incorridas. O mesmo não ocorre nos relatórios divulgados no Brasil.

Na pesquisa de Monteiro e Ferreira (2007) é possível verificar quais as semelhanças e diferenças entre a forma como são divulgadas as informações de empresas brasileiras e a forma sugerida pelo modelo do Isar, elaborado em 1998 para evidenciação de informações ambientais. Mais uma vez, os relatórios divulgados internacionalmente apresentam uma quantidade maior de informações do que as demonstrações destinadas ao público brasileiro.

Os relatórios contábeis divulgados internamente, com exceção de algumas empresas, nada mais fazem do que divulgar dados exigidos legalmente. A preocupação com relação às informações ambientais parece acompanhar esta linha de pensamento.

Outra questão apontada no artigo de Tinoco e Robles (2006) diz respeito à auditoria das demonstrações. Uma das empresas analisada publicou nota explicativa relacionada ao meio ambiente, sem sujeitá-la a auditoria, podendo esta informação estar enviesada. Conforme estudo de Medeiros, Sergio e Botelho (2013), a auditoria é fundamental na verificação de irregularidades, pois além de identificar fatos já realizados, cria mecanismos de controle para evitar novas incoerências.

2.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Uma das vias mais visíveis da incorporação do conceito de sustentabilidade no meio corporativo são os índices de ranking das empresas nos seus respectivos mercados. No Brasil, dois indicadores tem destaque neste contexto: o ISE e o ICO2 da BM&FBovespa (BM&FBovespa, 2013). Estes índices auxiliam na formação de carteiras de ações de empresas ditas sustentáveis. Considerando que esta pesquisa objetiva explorar a evidenciação das informações ambientais em relatórios específicos, é importante a utilização destes índices como critério para seleção das empresas.

O ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial, é uma ferramenta da BM&FBovespa utilizada para comparar empresas listadas na Bolsa, analisando itens como desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto e desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. A avaliação do desempenho das empresas é feita pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (CES-FGV) e aquelas com melhor desempenho geral compõem a carteira do ISE.

O ICO2 é um índice criado pela BM&FBovespa juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e é composto por empresas que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de gases efeito estufa (GEE). As

empresas componentes deste índice devem fazer parte da carteira do IBrX-50 e aderir espontaneamente às iniciativas formadoras do ICO2. O IBrX-50, por sua vez, é composto das 50 ações com maior índice de negociabilidade da BM&FBovespa.

Para uma empresa, fazer parte das carteiras representadas por estes índices tem, no mínimo, duas dimensões distintas: que a empresa está atendendo aos critérios de sustentabilidade exigidos por estas medidas e também que elas estão sendo transparentes no tratamento das informações. No entanto, existem nuances entre estas empresas, no tocante ao processamento e divulgação das informações ambientais, conforme verificado na literatura apresentada na seção anterior.

2.5 A ESTRUTURA INTERNACIONAL PARA RELATO INTEGRADO

O IIRC é um grupo formado por reguladores, investidores, empresas, organismos de normatização, representantes do setor contábil e de ONGs, de diferentes países reunidos para compartilhar e discutir ideias relacionadas à criação de um relatório corporativo, o Integrated Reporting (IR). O IR é uma tentativa de englobar informações estratégicas, de governança, de desempenho e perspectivas de cada organização, visando um entendimento mais abrangente pelos stakeholders em relação ao cenário financeiro e não financeiro das empresas.

O enfoque pretendido pelo IR, através de um consenso global, é criar um “marco conceitual internacional”, um *framework* de divulgação de informações, de forma que reúna todas as ferramentas para a criação de um único relatório completo, integrado e globalizado. A ideia do relatório se baseia em informações financeiras, comentários da administração, governo e sobre remuneração e sustentabilidade, refletindo a interdependência de diferentes relatórios em único documento.

O IR não se destina a desenvolver conteúdos duplicados. Para isso, se utiliza de outros relatórios já publicados pelas empresas podendo conter inclusive links para esses documentos. Conforme o *Consultation Draft*, o IR difere de outros relatórios e comunicações por combinar elementos como “*concisão, foco estratégico e orientação futura, conectividade das informações, capitais, modelo de negócio, capacidade de criar valor no curto, médio e longo prazo; e tem os fornecedores de capital financeiro como o público-alvo principal*”.

De acordo com o IIRC, um relatório integrado deve transmitir de forma concisa para suas partes interessadas, como a estratégia, a governança, o desempenho e as possibilidades de uma organização estão conduzindo a criação de valor para a instituição no decorrer do tempo (curto, médio e longo prazo). O foco primordial do IR são os fornecedores de capital

financeiro, embora o relatório atenda e beneficie a todas as partes interessadas como clientes, fornecedores, funcionários e a sociedade em geral.

O IIRC reconhece que a criação de valor para a empresa depende de fatores como:

- i) influência do ambiente externo que cria o contexto no qual a organização exerce suas atividades;
- ii) relacionamento com clientes, funcionários, fornecedores e comunidade;
- iii) dependência da disponibilidade, acessibilidade e gerenciamento de recursos.

O IR tem como objetivo auxiliar as organizações na criação de um relatório transparente e com conteúdo que possibilite aos usuários a avaliação do cenário de determinada organização. O IIRC explicita que para um relatório ser definido como “preparado de acordo com o Framework”, deverá aplicar todos os seus requisitos, exceto em casos de inconfiabilidade das informações, proibições legais específicas ou desvantagens competitivas.

De acordo com o IIRC, o pensamento integrado que norteia o IR considera as relações entre as diversas unidades operacionais e funcionais da empresa e entre os capitais que a organização utiliza e a maneira como os afeta. O pensamento integrado reconhece os fatores que causam efeito sobre a capacidade de a organização criar valor no decorrer do tempo, como:

- i) a utilização de capitais e formas de compensação;
- ii) capacidade de resiliência da organização frente a problemas enfrentados no curto prazo;
- iii) estratégia e ajustes que a organização possui para enfrentar riscos ou grandes mudanças e responder a oportunidades, e
- iv) “os direcionadores de valor, atividades, desempenho (financeiro e outros) e resultados da organização em termos de capitais – passado, presente e futuro”.

O IR propõe reconhecer o ambiente externo que influencia a organização e os recursos e relacionamentos usados e afetados, buscando entender a interação desses fatores para a criação de valor ao longo do tempo. De acordo com a Estrutura Internacional para Relatório Integrado, o sucesso das empresas se relaciona com suas diversas formas de capital.

“Os capitais são depósitos de valores que, de uma forma ou de outra, tornam-se insumos para o modelo de negócios de uma organização. Eles são aumentados, diminuídos ou transformados através de atividades e produtos da organização sendo aprimorados, consumidos, modificados, destruídos ou afetados de outra forma por essas atividades e produtos” (IIRC, 2014, p. 11).

Esses capitais são categorizados no IR como capital financeiro, capital manufaturado, capital intelectual, capital humano, capital social e de relacionamento e capital natural. O foco deste trabalho são as informações relacionadas aos recursos ambientais, componentes da categoria capital natural. O capital natural segundo o IIRC são os recursos ambientais renováveis e não renováveis, incluindo ar, água, terra, minérios e florestas, bem como a biodiversidade e a saúde do ecossistema.

O modelo de capitais proposto pelo IIRC atua como uma referência para assegurar que a organização contemple todas as formas de capital que ela usa e afeta. Esse modelo auxilia a organização explicar sua criação de valor ao longo do tempo, descrevendo “como a organização usou e pretende usar os diferentes capitais, os efeitos sobre as compensações entre perdas e ganhos de capitais no decorrer do tempo e os direcionadores de valor da organização e as oportunidades e riscos que os afetam” (IIRC, 2014, p. 16).

O IR é norteado pelos Princípios Básicos, essenciais para orientar a apresentação das informações no relatório. São eles:

- i) Foco estratégico e orientação futura: visões sobre a estratégia da organização;
- ii) Conectividade da informação: combinação inter-relação e dependência entre os componentes relevantes para a criação de valor no decorrer do tempo;
- iii) Relacionamento com stakeholders: como e quanto a organização compreende, considera e responde às necessidades, interesses e expectativas de suas partes interessadas;
- iv) Materialidade e concisão: informações concisas e relevantes;
- v) Confiabilidade e completude: inclusão de todos os assuntos materiais relevantes, positivos ou negativos de maneira equilibrada e sem erros;
- vi) Consistência e comparabilidade: as informações devem ser apresentadas em base consistente no decorrer do tempo e de forma que permita a comparação com outras organizações.

Além dos princípios norteadores, segundo o IIRC, um relatório para ser integrado deve incluir oito “elementos de conteúdo” vinculados uns aos outros e não mutuamente excludentes. São eles:

- i) Visão geral organizacional e ambiente externo;
- ii) Governança;
- iii) Modelo de negócios;
- iv) Riscos e oportunidades;
- v) Estratégia e alocação de recursos;

- vi) Desempenho;
- vii) Perspectivas;
- viii) Base de preparação e apresentação.

Cada elemento de conteúdo corresponde a uma pergunta cuja resposta deve constar no relatório de uma empresa para que este seja considerado um IR. As questões pertinentes a cada elemento são apresentadas na metodologia deste trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo, quanto aos objetivos, se propõe a uma análise descritiva baseada fundamentalmente na observação das informações ambientais divulgadas nos relatórios de empresas brasileiras e nas proposições do modelo de relatório integrado produzido pelo IIRC. Quanto aos procedimentos a pesquisa caracteriza-se como documental, pois as informações para a análise são captadas de relatórios empresariais classificados como fontes de segunda mão, conforme Raupp e Beuren (2010) e Marconi e Lakatos (2010). Em relação à abordagem do problema, é um estudo com aspecto qualitativo, pois objetiva destacar características das informações divulgadas através de análise de conteúdo.

Para compor a população do estudo foram selecionadas as 16 empresas que durante o ano de 2013, integraram conjuntamente as carteiras do ISE e do ICO2, por serem indicadores que caracterizam a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental e preocupação com o meio ambiente. No quadro abaixo são listadas as organizações componentes da amostra.

Quadro 1 - Organizações componentes da amostra.

Bradesco	Itau SA
Braskem	Klabin
BRF SA	Natura
CCR SA	Oi
Cemig	Santander
Cielo	Telefônica Brasil
Embraer	TIM
Fibria	Vale

Operacionalmente, a estratégia metodológica foi a de consultar os relatórios das empresas citadas apurando as informações ambientais disponíveis e confrontando-as com os pré-requisitos constantes na estrutura de relatório integrado do IIRC. Assim, os dados básicos

para a pesquisa foram oriundos dos relatórios anuais e de sustentabilidade divulgados pelas empresas.

O escopo analítico deste trabalho está condensado em um quadro comparativo que explicitará o grau de atendimento aos Elementos de Conteúdo do relatório integrado do IIRC. O próprio Framework do IIRC destaca os questionamentos relacionados a cada elemento de conteúdo. No entanto, este trabalho esclarece, de acordo com os pressupostos do IIRC, quais os fatores relacionados a cada questionamento capazes de respondê-lo.

Foram abordadas apenas as informações relacionadas ao capital natural, por ser o foco deste artigo. Não será contemplado o item "Base para preparação e apresentação" por abordar requisitos sobre forma de determinação dos temas incluídos no relatório que não são compatíveis com o foco deste trabalho. A seguir são apresentados os "Elementos de Conteúdo" que devem constar em um relatório empresarial para que este seja considerado um relatório integrado.

i) **Visão geral organizacional e ambiente externo:**

“Um relatório integrado deve responder à pergunta: ‘O que a organização faz e quais são as circunstâncias em que ela atua?’” (IIRC, 2014, p. 24). Segundo o IIRC, para responder a esta questão o relatório deve apresentar a missão e a visão da organização, identificando temas como fatores que afetam o ambiente externo e a resposta da organização, buscando informações sobre “desafios ambientais, tais como mudanças climáticas, a perda de ecossistemas e escassez de recursos à medida que os limites do planeta se aproximam” (IIRC, 2014, p. 25).

Para avaliação do atendimento a este elemento de conteúdo foram analisadas as seguintes informações nos relatórios das empresas:

- a. Fatores que afetam o ambiente externo a organização;
- b. Respostas da organização aos desafios ambientais.

ii) **Governança:**

“Um relatório integrado deve responder à pergunta: ‘Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?’” (IIRC, 2014). De acordo com o IIRC responde-se com informações sobre “como a cultura, ética e valores da organização se refletem nos capitais que ela usa e afeta, incluindo suas relações com as principais partes interessadas” (IIRC, 2014, p. 25) e como o sistema de compensação e incentivos se vincula ao processo de geração de valor e à forma como a organização usa e

afeta os capitais, ou seja, quais as ações da empresa para compensar seu impacto sobre o meio ambiente, mesmo que indireto (pela atuação de terceiros envolvidos no processo produtivo ou de prestação de serviços).

Para avaliação do atendimento a este elemento de conteúdo foram analisadas nos relatórios das empresas, informações sobre as formas de compensação da organização aos impactos gerados ao meio ambiente.

iii) **Modelo de negócios:**

“Um relatório integrado deve responder à pergunta: ‘Qual o modelo de negócios da organização?’” (IIRC, 2014, p. 25). O Framework do IIRC cita diversos itens para que seja possível descrever o modelo de negócios da organização, no entanto, sendo o foco deste trabalho, as informações ambientais, foram abordados os temas “insumos”, “produtos” e “impactos”. O Framework define que devem ser incluídos aqueles insumos que tenham impacto material sobre a capacidade de geração de valor para a organização, pertencendo ou não à empresa. Neste ponto, pode haver relato sobre compensações significativas, em se tratando do capital natural, quais as vantagens fornecidas pela empresa em relação a uma atividade que afeta de forma adversa o meio ambiente. Devem ser identificados os principais produtos e serviços da organização, incluindo dados sobre subprodutos e resíduos (emissões, inclusive) quando estas informações forem materiais.

De acordo com o IIRC, um relatório integrado deve descrever os impactos externos com efeitos ambientais, os impactos positivos que criam valor e negativos que reduzem valor. O Framework destaca a divulgação de informações relacionadas a impactos sobre capitais que não pertencem ou não são controlados pela organização, como por exemplo, as emissões de carbono geradas pela fabricação de seus produtos.

Para avaliação do atendimento a este elemento de conteúdo foram analisadas as seguintes informações nos relatórios das empresas:

- a. Formas de compensação da organização aos impactos gerados ao meio ambiente;
- b. Subprodutos, resíduos e emissões;
- c. Impactos ao ambiente externo (meio ambiente).

iv) **Riscos e oportunidades:**

“Um relatório integrado deve responder à seguinte pergunta: ‘Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade que a organização tem de gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?’” (IIRC, 2014, p. 27)

Conforme o IIRC, a identificação dos riscos e oportunidades, em concordância com o foco deste artigo, deve incluir o impacto que a empresa exerce sobre a disponibilidade, qualidade e acessibilidade contínua de capitais. A organização deve identificar em seu relatório as fontes externas de riscos e oportunidades, decorrentes do ambiente externo como os desafios ambientais, já citados no item “Visão geral organizacional e ambiente externo”. Além disso, a organização deve apresentar sua avaliação da probabilidade de que esse risco ou oportunidade venha a ocorrer, incluindo circunstâncias específicas que levariam a essa ocorrência. O relatório também deve demonstrar “as medidas específicas tomadas para minimizar ou gerenciar os principais riscos ou para gerar valor a partir das principais oportunidades” (IIRC, 2014, p. 27).

Para avaliação do atendimento a este elemento de conteúdo foram analisadas as seguintes informações nos relatórios das empresas:

- a. Fatores que afetam o ambiente externo a organização;
- b. Respostas da organização aos desafios ambientais;
- c. Formas de compensação da organização aos impactos gerados ao meio ambiente;
- d. Impactos ao ambiente externo (meio ambiente);
- e. Avaliação da probabilidade de ocorrência do risco ou oportunidade;
- f. Medidas para minimizar ou gerenciar os riscos ou permitir geração de valor através das oportunidades.

v) **Estratégia e alocação de recursos:**

“Um relatório integrado deve responder à pergunta: ‘Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?’” (IIRC, 2014, p. 27). Com essa finalidade o relatório deve identificar “os objetivos estratégicos da organização; as estratégias que ela estabeleceu ou pretende implementar para alcançar estes objetivos estratégicos; seus planos de alocação de recursos para implementar sua estratégia; como ela pretende medir as realizações e os impactos almejados em curto, médio e longo prazo” (IIRC, 2014, p. 27).

Relacionado ao objetivo deste artigo, podem ser incluídas informações sobre a influência e a resposta da estratégia e dos planos de alocação dos recursos da organização sobre o ambiente externo e sobre os riscos e oportunidades já identificados e como a estratégia e os planos afetam os capitais e as estruturas de gestão de riscos. Informações sobre como temas ambientais estão integrados na estratégia da organização, auxiliam a demonstrar o que diferencia a empresa e lhe dá vantagem competitiva.

Para avaliação do atendimento a este elemento de conteúdo foram analisadas as seguintes informações nos relatórios das empresas:

- a. Objetivos estratégicos relacionados à sustentabilidade;
- b. Medidas adotadas para o alcance dos objetivos estratégicos;
- c. Planos de alocação de recursos para alcance dos objetivos estratégicos;
- d. Medição das realizações e dos impactos da estratégia.

vi) **Desempenho:**

“Um relatório integrado deve responder à pergunta: ‘Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais?’” (IIRC, 2014, p. 28).

Devem ser apresentados indicadores quantitativos relacionados às metas, riscos e oportunidades, a comparação entre o desempenho passado, o atual e as perspectivas da organização e os efeitos (positivos ou negativos) sobre o capital natural.

Para avaliação do atendimento a este elemento de conteúdo foram analisadas nos relatórios das empresas, informações sobre indicadores quantitativos de metas, riscos e oportunidades.

vii) **Perspectiva:**

"Um relatório integrado deve responder à pergunta: 'Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?'".

O relatório deve apresentar as expectativas da organização em relação ao ambiente externo a ser enfrentado ao longo do tempo, como a relação com o capital natural pode afetar a organização e se a empresa está preparada para os desafios e incertezas futuras em relação ao meio ambiente.

Para avaliação do atendimento a este elemento de conteúdo foram analisadas as seguintes informações nos relatórios das empresas:

- a. Fatores que afetam o ambiente externo a organização;
- b. Respostas da organização aos desafios ambientais;
- c. Medidas para minimizar ou gerenciar os riscos ou permitir geração de valor através das oportunidades;
- d. Expectativas em relação a alterações no ambiente externo.

3.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Cada informação relacionada ao elemento de conteúdo em análise foi avaliada e recebeu pontuação de acordo com os critérios dispostos no quadro 2.

Quadro 2 - Pontuação das informações dos elementos de conteúdo.

Pontuação 0	Não apresenta informação.
Pontuação 1	Apresenta informação incompleta.
Pontuação 2	Apresenta informação completa.

Com base na pontuação apresentada, os elementos de conteúdo foram avaliados de acordo com a escala demonstrada no quadro 3.

Quadro 3 - Escala de pontuação

Elemento de conteúdo	Não atende	Atende parcialmente	Atende integralmente
Visão geral organizacional e ambiente externo	0	1 a 3	4
Governança	0	1	2
Modelo de negócios	0	1 a 5	6
Riscos e oportunidades	0	1 a 11	12
Estratégia e alocação de recursos	0	1 a 7	8
Desempenho	0	1	2
Perspectiva	0	1 a 7	8

Os critérios de avaliação dos elementos de conteúdo possuem os significados descritos a seguir:

- i) *Não atende*: o relatório da empresa não possui nenhuma informação relacionada ao elemento de conteúdo;
- ii) *Atende parcialmente*: existem as informações do elemento de conteúdo no relatório, no entanto, está incompleta, sem clareza de detalhes ou não explicita as ações relacionadas.
- iii) *Atende integralmente*: o relatório contempla todos os requisitos dispostos no Framework sobre o elemento de conteúdo.

4 RESULTADOS

Para efeito desta pesquisa foram analisados os relatórios anuais ou de sustentabilidade referentes ao ano-calendário de 2013. Dentre as 16 empresas da amostra, 7 delas não possuíam relatórios referentes ao período pré-definido até o término da elaboração deste artigo, sendo, portanto, excluídas da amostra. Compõem a população deste estudo as organizações Bradesco, BRF, CCR, Fibria, Itau, Natura, Oi, Santander e Vale.

As empresas CCR e Itau utilizam o modelo de Relatório Integrado do IIRC e a BRF cita que já organizou o conteúdo de sua divulgação de acordo com os conceitos de capitais do IIRC. O restante das empresas elaboram suas demonstrações com base no GRI.

As pontuações das empresas para cada informação analisada nos relatórios são apresentadas no Apêndice I. A pontuação final de cada elemento de conteúdo, bem como de cada empresa é apresentada no quadro 4.

Quadro 4 - Pontuação por elemento de conteúdo e pontuação total das empresas.

ELEMENTOS DE CONTEÚDO								
	Visão organizacional e ambiente externo	Governança	Modelo de negócios	Riscos e oportunidades	Estratégia e alocação de recursos	Desempenho	Perspectiva	Total
BRADESCO	4	2	6	10	8	0	6	36
BRF SA	4	2	6	10	8	1	6	37
CCR SA	3	2	4	7	4	1	4	25
FIBRIA	4	2	6	12	8	2	6	40
ITAU SA	3	2	6	9	4	0	5	29
NATURA	4	2	4	9	8	2	7	36
OI	4	2	6	10	6	1	6	35
SANTANDER BR	4	2	6	10	8	1	8	39
VALE	4	2	6	10	8	2	8	40

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O elemento "Desempenho" é o único onde consta pontuação 0 (zero). As organizações Bradesco e Itau não apresentam indicadores quantitativos de metas, riscos e oportunidades comparando a atual situação com períodos anteriores. A empresa CCR atingiu pontuação 1, pois apesar de citar sua ferramenta que vai reunir informações sobre metas e indicadores, entre outros dados, não expõe em seu relatório nenhum desses indicadores. O elemento não

foi considerado com pontuação 0 (zero), pois a empresa divulga que essa ferramenta ainda está em fase de desenvolvimento, atendendo às orientações do IIRC sobre informações indeterminadas. Quando ocorre tal situação a empresa deve divulgar o fato e o motivo. BRF, Santander e Oi não apresentam indicadores de metas. A organização Santander também não apresenta indicadores de oportunidades. O restante das empresas atende integralmente aos requisitos desse elemento.

Somente o elemento "Governança" é atendido integralmente pela totalidade das empresas analisadas. As organizações apresentam quantidade massiva de informação sobre a forma como compensam os impactos gerados ao meio ambiente, mesmo quando não ocorrem por ações da própria organização. Os impactos gerados por fornecedores e clientes geram iniciativas visando fiscalização e conscientização.

Dentre as empresas analisadas, três delas atingem a pontuação máxima de seis dos sete elementos de conteúdo: Fibria, Santander e Vale. Santander e Vale atendem parcialmente ao elemento "Riscos e Oportunidades". Esse elemento de conteúdo pressupõe a divulgação de riscos e oportunidades ambientais. Conforme Santos (2012), "os riscos em potencial representam para a organização oportunidades a serem aproveitadas ou evitadas em uma forma proativa" (p. 8). As oportunidades ambientais podem ser entendidas como os investimentos e projetos da organização frente a esses riscos.

O elemento "Riscos e Oportunidades" apresenta variedade de pontuações entre as empresas analisadas. A maioria dos relatórios obteve 10 pontos para esse elemento. Bradesco, BRF, Oi, Santander e Vale não apresentam a avaliação da probabilidade de ocorrência do risco ou oportunidade, requisito que é atendido somente pela Fibria, que relata que faz simulação dos efeitos das mudanças climáticas na produtividade a longo prazo e projeções climáticas. A CCR obteve a menor pontuação para este elemento, 7 pontos. Isso se deve ao fato de ter recebido pontuação 1 para os critérios "Respostas da organização aos desafios ambientais", "Impactos ao ambiente externo (meio ambiente)" e por não detalhar seu Programa Corporativo de Sustentabilidade, indicado como medida para minimizar ou gerenciar riscos ou permitir geração de valor através das oportunidades.

O único elemento em que a empresa Fibria não atingiu pontuação máxima foi o de "Perspectiva". A organização não apresenta suas expectativas em relação ao ambiente externo. Por meio do elemento "Perspectiva" espera-se identificar se a empresa está preparada para os desafios e incertezas futuras em relação ao meio ambiente. Somente o banco Santander BR e a Vale divulgam todas as informações relacionadas ao elemento. A empresa Natura obteve 7 pontos, pois apesar de expressar seu desejo de gerar impacto positivo ao meio

ambiente no futuro, não divulgou informações realistas de suas expectativas. A menor pontuação obtida foi novamente da empresa CCR que fez 4 pontos, seguida do banco Itau com 5. Ambas as empresas apresentam pontuação 1 para informações sobre as respostas aos desafios ambientais.

CCR e Itau são as únicas empresas, entre as analisadas, que utilizam o modelo de relatório integrado do IIRC para divulgação de suas informações. Porém, ambas as empresas somente obtêm pontuação máxima em dois elementos de conteúdo. A organização CCR atende a todos os requisitos dos elementos "Governança" e "Desempenho". O banco Itau igualmente divulga suas formas de compensação aos impactos ao meio ambiente, bem como as informações relacionadas ao elemento de conteúdo "Modelo de negócios".

As formas de compensação aos impactos ambientais gerados pelas atividades das empresas respondem parte das exigências do elemento de conteúdo "Modelo de negócios". Embora estas informações estejam presentes em todos os relatórios analisados, para atender integralmente ao elemento em questão é necessária a divulgação de informações sobre subprodutos, resíduos e emissões, e os impactos gerados diretamente pela empresa ao ambiente externo (meio ambiente). CCR e Natura atendem parcialmente a este elemento. A empresa CCR não demonstra quais os resíduos gerados em seu processo produtivo e o mesmo ocorre com a organização Natura que apenas cita sua geração de resíduos sólidos e líquidos sem especificá-los.

Itau e CCR também são as únicas empresas que não obtêm pontuação máxima no elemento de conteúdo "visão geral organizacional e ambiente externo". No relatório da CCR não constam medidas adotadas frente a todos os fatores externos apontados em seu relatório, assim como no caso do Itau que não aprofunda informações sobre sua Política de Risco Socioambiental ou sobre suas iniciativas em relação às emissões de GEE. Na análise das demais empresas componentes deste estudo é possível identificar que todas divulgam informações relacionadas aos riscos e oportunidades externos, apresentando os fatores que afetam o ambiente onde estão inseridas, bem como suas ações para prevenir ou conter esses impactos.

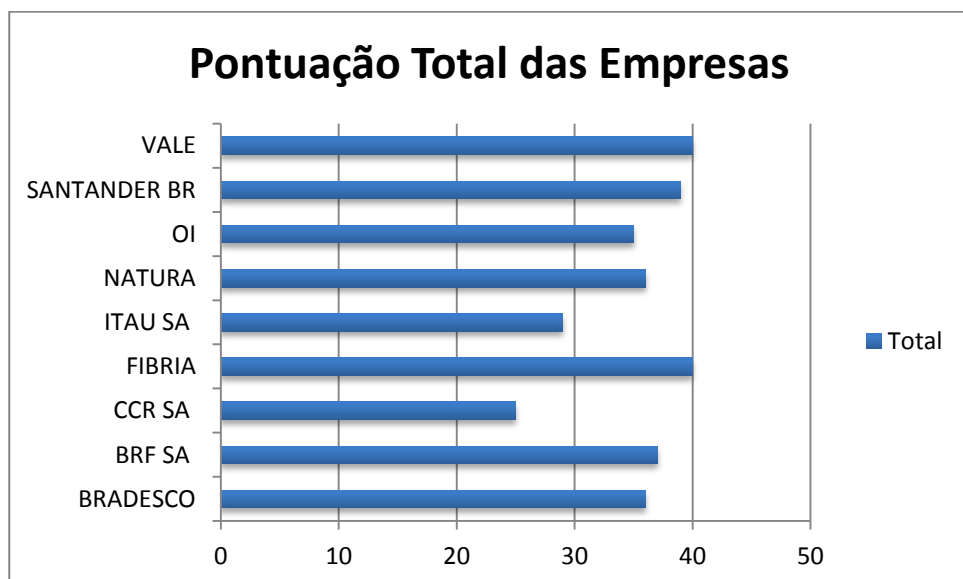
O impacto das mudanças climáticas é o principal desafio ambiental enfrentado pelas empresas, principalmente aquelas que utilizam recursos naturais como matéria-prima para seus produtos. O estudo de Pellegrino *et al* (2007) cita alguns dos impactos das modificações do meio ambiente como a elevação das temperaturas e o aumento das precipitações. Segundo os autores, *"para que se possa combater ou se adaptar a esses impactos, um primeiro passo importante é buscar conhecê-los, definindo-se cenários agrícolas futuros a partir de cenários*

futuros das mudanças climáticas" (Pellegrino *et al*, p. 144). De acordo com os autores, a análise de cenários considerando mudanças climáticas auxilia no planejamento de pesquisas para adaptação dos sistemas de cultivo a alterações no meio ambiente.

CCR e Itau obtiveram pontuação 4 (quatro) para o elemento "estratégia e alocação de recursos", enquanto a maioria das empresas atingiu o resultado máximo de 8 pontos. CCR e Itau não apresentam seus planos de alocação de recursos para alcance dos objetivos estratégicos e de que forma a empresa avalia a concretização de seus objetivos estratégicos, informação que também não é identificada no relatório da Oi que por esse motivo obteve 6 pontos. Atendendo integralmente a este elemento, os relatórios de divulgação das empresas Bradesco, BRF SA, Fibria, Natura, Santander BR e Vale apresentam os objetivos estratégicos da organização relacionados à sustentabilidade, suas estratégias para alcançar esses objetivos, seus investimentos em sustentabilidade e de que forma são avaliadas as realizações e impactos de sua estratégia.

Conforme a pontuação atingida para os elementos de conteúdo, obteve-se um total de pontos para cada empresa, demonstrado no quadro 4, na coluna "Total". A pontuação máxima caso a empresa atenda a todos os critérios, da totalidade dos elementos de conteúdo é de 42 pontos. As empresas que mais se aproximaram desta pontuação foram Fibria e Vale com 40 pontos conforme se observa no gráfico 1. Os relatórios de ambas as empresas apresentam informações que atendem a praticamente todos os elementos de conteúdo propostos pelo IIRC. A menor pontuação total foi apresentada pela empresa CCR, com 25 pontos, seguida do banco Itau com 29 pontos.

Gráfico 1 - Pontuação total das empresas quanto aos elementos de conteúdo.



Com base nos resultados encontrados e na escala de pontuação foi elaborado o quadro 5, que dispõe os resultados referentes ao atendimento de cada elemento de conteúdo proposto pelo IIRC.

Quadro 5 - Resultados referentes aos Elementos de Conteúdo do IIRC.

ELEMENTOS DE CONTEÚDO							
	Visão organizacional e ambiente externo	Governança	Modelo de negócios	Riscos e oportunidades	Estratégia e alocação de recursos	Desempenho	Perspectiva
BRADESCO	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende integralmente	Não atende	Atende parcialmente
BRF SA	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente
CCR SA	Atende parcialmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente
FIBRIA	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende parcialmente
ITAU SA	Atende parcialmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Não Atende	Atende parcialmente
NATURA	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende parcialmente
OI	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente
SANTANDER BR	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende integralmente
VALE	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende parcialmente	Atende integralmente	Atende integralmente	Atende integralmente

■ Atende integralmente

■ Atende parcialmente

■ Não atende

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar a divulgação de informações relacionadas ao tema ambiental com base nos elementos de conteúdo propostos no modelo de relatório integrado do IIRC. Foram analisados os relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas componentes das carteiras ISE e ICO2 da BM&FBovespa, referentes ao ano calendário 2013.

Os resultados mostram que uma boa parcela dos elementos de conteúdo é atendida integralmente pelas empresas, embora a grande maioria adote o modelo de divulgação GRI. Paradoxalmente, as empresas que adotam o modelo de divulgação do IIRC foram capazes de atender a poucos elementos de conteúdo de maneira integral.

O modelo de relatório do IIRC é uma novidade em termos de divulgação e não apresenta diretrizes tão específicas quanto o modelo GRI e por esse motivo, a elaboração do relato pode ser feita de forma mais livre, desde que contenha a informação que responda aos questionamentos relacionados aos Elementos de Conteúdo. Esses podem ser os motivos para

a dificuldade de inclusão de todas as informações pertinentes e adequação dos relatórios ao modelo.

Os elementos atendidos parcialmente por quase todas as empresas trazem informações que já estavam presentes no modelo GRI como a avaliação da probabilidade de ocorrência de determinado risco ou oportunidade ou as expectativas em relação ao ambiente externo futuro. É possível que a carência de registros ocorra mais pelo fato da dificuldade em divulgar informações ambientais do que pelos requisitos do modelo IIRC.

Contudo, observa-se tendência ao atendimento dos critérios do modelo IIRC pelo fato de que assemelha-se ao modelo GRI que já vem sendo utilizado pela maioria das empresas brasileiras. Embora, ainda existam falhas na divulgação, a expectativa dos stakeholders em relação à divulgação de informações ambientais tende a estimular o avanço nas atitudes das empresas e paralelamente no formato de divulgação.

A limitação deste estudo ocorreu pelo fato de que algumas das empresas presentes na amostra inicial não possuíam relatórios divulgados referentes ao ano-calendário 2013 e pela característica inovadora do modelo de relatório, adotado ainda por poucas empresas.

Este artigo possui como foco a análise da divulgação de informações relacionadas ao tema ambiental, e, portanto não serve como parâmetro para avaliação dos relatórios em seu inteiro teor. Informações sobre aspectos financeiros, de recursos humanos, sociais ou mesmo operacionais onde não haja relação com aspectos ambientais não foram contemplados nesta pesquisa. Sugere-se para futuros estudos, uma análise mais aprofundada do tema, contemplando outros aspectos.

APÊNDICE I

Característica	Bradesco	BRF SA	CCR SA	Fibria	Itau SA	Natura	Oi SA	Santander	Vale
Fatores que afetam o ambiente externo	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Respostas da organização aos desafios ambientais	2	2	1	2	1	2	2	2	2
Formas de compensação da organização aos impactos ao meio ambiente	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Subprodutos, resíduos e emissões	2	2	1	2	2	1	2	2	2
Impactos ao ambiente externo (meio ambiente)	2	2	1	2	2	1	2	2	2
Avaliação da probabilidade de ocorrência do risco ou oportunidade	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Medidas para minimizar ou gerenciar os riscos e permitir geração de valor através das oportunidades	2	2	1	2	2	2	2	2	2
Objetivos estratégicos relacionados à sustentabilidade	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Medidas adotadas para o alcance dos objetivos	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Planos de alocação de recursos para alcance dos objetivos estratégicos	2	2	0	2	0	2	2	2	2
Medição das realizações e dos impactos da estratégia	2	2	0	2	0	2	0	2	2
Indicadores quantitativos de metas, riscos e oportunidades	0	1	1	2	0	2	1	1	2
Expectativas em relação ao ambiente externo	0	0	0	0	0	1	0	2	2

REFERÊNCIAS

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BM&FBOVESPA. **Índices de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/BuscarIndices.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1055/05, de 7 de outubro de 2005**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm>. Acesso em: 19 jun. 2013.

COSTA, C. A. G. da. **Contabilidade ambiental**: mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, R. S. da; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finança**, São Paulo: USP, n. 43, p. 20-33, jan./abr. 2007.

FERREIRA, A. C. de S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2011.

GASPARINO, M. F.; RIBEIRO, M. de S. Análise de relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos EUA e Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo: PGT/USP, vol. 1, n. 1, p. 102-115, jan./abr. 2007.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para relatórios de sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

IIRC - International Integrated Reporting Council. **Consultation draft of the international <IR>framework**. Disponível em: <<http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2013/06/Consultation-Draft-of-the-InternationalIRFramework-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

IIRC – International Integrated Reporting Council. **Líderes empresariais**: o que vocês precisam saber. Disponível em: <<http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2013/06/Business-Leaders-what-you-need-to-know-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, A. K. de; SERGIO, L. de M.; BOTELHO D. R. **A importância da auditoria e perícia para combater a fraudes e erros na contabilidade das empresas.** Disponível em: <<http://blog-fipecafi.imprensa.ws/wp-content/uploads/2012/01/A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-AUDITORIA-E-PER%C3%8DCIA-PARA-O-COMBATE-A-FRAUDES-E-ERROS-NA-CONTABILIDADE-DAS-EMPRESAS.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

MONTEIRO, P. R. A.; FERREIRA, A. C. de S. A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 82-101, jan./abr. 2007.

ONUBR. **A ONU e o meio ambiente.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em 12 jun. 2013.

PELLEGRINO, G. Q.; ASSAD, E. D; MARIN, F. R. Mudanças climáticas globais e a agricultura no Brasil. **Revista Multiciência**, Campinas: Unicamp, n. 8, p. 139-162, mai. 2007.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Coord). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2010. p. 76-97.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; BORGERT, A. Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais?. **Custos e @gronegócio on line**, Recife: UFRPE, v. 4, n. 1, p. 2-25, jan./abr. 2008.

SANTOS, F. **Auditoria de processos: metodologia COSO.** Recife: Ed. Clube dos Autores, 2012.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, vol. 40, n. 6, p. 1077-96, nov./dez. 2006.

TINOCO, J. E. P; KRAEMER, M. E. P. K. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2011.

VEIGA, J. E. da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor.** São Paulo: Senac, 2010.